MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD
ISSN 2316-8323

CULTURA E DIPLOMACIA CULTURAL NO SÉCULO XXI: PROPOSTA DE REVISÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CULTURE AND CULTURAL DIPLOMACY IN THE XXI CENTURY: PROPOSED REVISION OF THE BRAZILIAN THOUGHT ON INTERNATIONAL RELATIONS

GIULIA RIBEIRO BARÃO
Graduada em Relações Internacionais pela UFGRS e Mestranda em Letras pela PUC RS
E-mail: giulia.barao@acad.pucrs.br

RESUMO: Construiu-se ao longo do século XX a compreensão partilhada por acadêmicos, diplomatas e governantes, de que a política externa brasileira (PEB) é e deve servir como instrumento de promoção do desenvolvimento nacional. Com base nesse pressuposto, constitui-se uma ampla bibliografia nacional com perspectivas holísticas, que buscam na combinação de determinantes domésticos e internacionais as explicações para os modelos de desenvolvimento nacional e as estratégias de inserção externa escolhidas pelos governos ao logo da história da PEB. Nesse acumulado histórico do pensamento brasileiro, contudo, a dimensão cultural das relações internacionais é a grande ausente. Esse artigo aponta de que maneira as transformações no cenário contemporâneo, ligadas à emergência da cultura como dinamizadora das relações internacionais e sociais, em menor nível, fazem da exclusão da dimensão cultural das análises um problema de cunho analítico e potencialmente estratégico para a inserção externa do país.

Palavras-chave: Dimensão cultural das relações internacionais - Diplomacia cultural - Pensamento brasileiro de relações internacionais

ABSTRACT: During the 20th century a consensus has been formed among diplomats, scholars and policy makers about the nature of Brazilian foreign policy as an instrument for the promotion of national development. On that basis, a wide national literature with holistic approaches was produced, seeking to explain through the analysis of continuity and change dynamics the different models of national development and international insertion chosen by the governments throughout History. In this wide literature, however, there is no space for the cultural dimension of international relations. This article seeks to outline in which way the current changes in the contemporary scenario, linked to the emergence of culture as an articulating element in international and social relations, turn the exclusion of the cultural dimension in Brazilian thought on international relations into a problem. Not only a problem of academic nature, but one with potentially strategic losses for the Brazilian international insertion.

Keywords: *Cultural dimension of international relations - Cultural diplomacy - Brazilian International Relations Thought*

INTRODUÇÃO

Construiu-se, ao longo do século XX, a compreensão partilhada por acadêmicos, diplomatas e governantes, de que a política externa brasileira (PEB) é e deve servir como instrumento de promoção do desenvolvimento nacional. Assim sendo, as diferentes fases da política externa podem ser compreendidas como uma série de governos que desenvolveram aproximadamente as mesmas respostas para as perguntas "O que significa o desenvolvimento nacional?" e "Qual a melhor estratégia para buscá-lo?".

Essas questões são confrontadas pelos formuladores e executores da política externa de acordo com a sua percepção dos interesses nacionais, do papel que deve ser conferido ao Estado nessa empreitada e das condições de inserção externa oferecidas pela dinâmica vigente no sistema internacional (CERVO, 2008). As respostas obtidas são, enfim, sintetizadas na estratégia de política externa considerada como a melhor opção dentre todas as possíveis, dadas as possibilidades do país. Em outras palavras, assume-se que a política externa é formulada conforme um jogo de dois níveis em que são determinantes tanto a dinâmica político-social doméstica, quanto a internacional. (PUTNAM, 2010).

Com base nessa perspectiva, os estudos que propõem periodizações da política externa brasileira pretendem delimitar os aspectos estruturantes e diferenciais de cada estratégia de inserção internacional assumida pelo país ao longo de sua história. Ao identificar elementos de continuidade e mudança, os teóricos conseguem estabelecer eras históricas durante as quais as soluções encontradas por diferentes governos para as questões sobre a função da política externa no projeto de desenvolvimento nacional são semelhantes.

A hipótese que baseia o presente artigo é que tais periodizações, apesar de sua pretensão holística, sofrem da mesma debilidade: a patente exclusão do elemento psicossocial ou cultural (CERVO, 1992). Dado o foco das análises no eixo essencialmente político-econômico, observa-se que a diplomacia cultural está ausente

no pensamento brasileiro de relações internacionais e, sobretudo, nas análises históricas da política externa de nosso país (SUPPO, 2003).

Tal debilidade teórica pode ser justificada historicamente pela necessidade brasileira de priorizar outras questões em suas estratégias de desenvolvimento nacional. Mas se torna um problema à medida em que assume um caráter inercial, canônico e reiterado, incapaz de se adaptar às transformações profundas da realidade, porque não possui ferramentas conceituais para lidar com elas. Tal parece ser o caso no cenário contemporâneo, em que, conforme argumentaremos, os conflitos e demandas socioculturais estão no cerne da dinâmica das relações internacionais. Por assim dizer, se o pensamento brasileiro tem uma debilidade no tocante às questões da cultura e da diplomacia cultural, terá também uma debilidade no enfrentamento das relações internacionais contemporâneas.

É com base nessa perspectiva que propomos, no presente artigo, a necessidade de revisão do pensamento brasileiro de relações internacionais. Argumentamos que, sem escapar à periodização consagrada da política externa brasileira, seria possível ampliar sua riqueza teórica e sua aplicabilidade real, inserindo na análise de cada período o papel conferido à cultura - e mais especificamente à diplomacia cultural - no projeto de desenvolvimento nacional. Com isso, retomaríamos historicamente a trajetória de um setor que já não pode ser tomado como secundário no estudo e na formulação da política externa brasileira, preparando-nos para o gerenciamento real das questões culturais contemporâneas.

Procuraremos demonstrar que a tradicional exclusão deste âmbito de análise compromete a compreensão holística de nosso desenvolvimento e de nossa inserção internacional. E que tal comprometimento é ainda maior no que se refere ao estudo e a prática das relações internacionais contemporâneas, dada a centralidade dos fenômenos socioculturais em nosso tempo. Para isso, realizamos extensa revisão bibliográfica do pensamento brasileiro de relações internacionais e de teóricos de diversas áreas - como a ciência política e a sociologia – cujas obras estão

fundamentadas nos fenômenos socioculturais contemporâneos; além da consulta de documentos das Nações Unidas sobre a temática cultural.

Na primeira parte do artigo, dimensionamos o papel da cultura na dinâmica econômica e política contemporânea a partir das fontes supramencionadas. O objetivo desta seção é argumentar que uma política externa interessada no desenvolvimento nacional e no posicionamento do país no cenário internacional não pode continuar ignorando as temáticas culturais, uma vez que estas passaram a ser o cerne dos conflitos e demandas do mundo contemporâneo. Na segunda seção, percorremos brevemente o cânone do pensamento brasileiro de relações internacionais, demonstrando a patente exclusão da temática cultural e de que forma isso é nocivo para a manutenção da política externa brasileira como instrumento de desenvolvimento nacional e ascensão global no século XXI. Nas Considerações Finais, sintetizamos os argumentos das duas seções anteriores, estimulando os colegas pesquisadores a também investirem no estudo de sta dimensão fundamental ao desenvolvimento do país.

CULTURA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO SÉCULO XXI

Não são poucos os estudos da área de Relações Internacionais que se utilizam do fim da Guerra Fria e dos atentados de 11 de setembro de 2011 como marcos temporais; isto é, como pontos de referência históricos para estabelecer o começo de novas tendências, oportunidades, riscos e expectativas do Sistema Internacional, estabelecendo através de um viés comparativo as mudanças e continuidades de um período ao outro.

Analogamente à história das relações internacionais, esses eventos também servem como marcos temporais da história intelectual da disciplina. Após a Guerra Fria, ademais dos temas clássicos oriundos da predominância da corrente realista - discussões sobre polaridade do sistema internacional, equilíbrio de poder, segurança,

entre outros – e das novas linhagens teóricas, multiplicaram-se produções intelectuais sobre os chamados *novos temas das relações internacionais* (VIGEVANI, 1994), como regimes, direitos humanos, meio ambiente, diversidade cultural e desenvolvimento sustentável, além de discussões cada vez mais interdependentes em economia e relações internacionais, interessadas pelos fenômenos de globalização econômica e desregulamentação financeira das décadas de 1980 e 1990.

Revertendo essa tendência, porém, no período que se sucedeu aos atentados a Nova York, em 2001, pôde-se observar a renovação das discussões securitárias motivadas pelo novo tipo de ameaça representado pelas redes terroristas e pela guerra cibernética. Paralelamente, as questões culturais vieram à tona ligadas a essas novas preocupações de segurança internacional. Na linha da teoria proposta por Samuel P. Huntington em "O Choque de Civilizações", de 1993, os embates contemporâneos não seriam mais ocasionados por divergências políticas ideológicas ou econômicas, mas por diferenças culturais: concepções de mundo ou sistemas civilizacionais divergentes.

> A identidade civilizacional vai ser cada vez mais importante no futuro. […] Os conflitos mais significativos ocorrerão no limite que separa essas civilizações umas das outras. […] Em primeiro lugar, as diferenças que separam as civilizações não são apenas reais, são fundamentais. Civilizações são diferenciadas umas das outras por suas histórias, línguas, culturas, tradições e, o mais importante, por suas religiões. As pessoas de civilizações diferentes têm visões distintas sobre as relações entre Deus e o homens, o indivíduo e o grupo, o cidadão e o Estado, entre pais e os filhos, marido e mulher, assim como visões diferentes sobre a importância relativa entre direitos e responsabilidades, liberdade e autoridade, igualdade e hierarquia. (...) São diferenças muito mais importantes que as que encontramos entre ideologias e regimes políticos (HUNTINGTON, 1993, p. 25) [1].

[1] Tradução livre do autor. No original: Civilization identity will be increasingly important in the future. (...) The most important conflicts of the future will occur along the cultural fault line separating these civilizations from one another. (...) First, differences among civilizations are not only real, they are basic. Civilizations are differentiated from each other by history, language, culture, tradition, and most important, religion. The people of different civilizations have different views on the relations between God and Man, the individual and the group, the citizen and the State, parents and children, husband and wife, as well as differing views of the relative importance of rights and responsibilities, liberty and authority, equality and hierarchy. (...) They are far more important than differences among political ideologies and political regimes.

Não cabe aqui mencionar a extensa gama de críticas recebida pela teoria de Huntington, interessa, contudo, que na esteira do ataque que derrubou as torres do World Trade Center em Nova York, o cerne da argumentação do autor em 1993 pareceu ganhar validação empírica. A chamada Guerra ao Terrorismo foi associada perniciosamente a um embate entre o Ocidente e o Oriente, a uma oposição de forças entre a democracia liberal de uma civilização e o fundamentalismo religioso de outra. Essa é, sem dúvida, uma perspectiva reducionista e tendenciosa, que só nos serve de ilustração para os males que podem advir da tentativa de solucionar questões complexas com estereótipos, conceitos e respostas preconcebidas de ambas as partes em conflito, enquanto ao "'outro' negamos aquele mínimo de autonomia necessária para falar de si mesmo" (ROCHA, 1994, p. 8).

Esta é a crítica que aqui se faz fundamental: quanto ao tratamento dado às questões culturais. Essa dimensão é inserida como âmbito de análise, na medida em que se torna uma crescente fonte de instabilidade internacional: as diferenças culturais não passam de complicadores das relações internacionais, de elementos adicionais nas preocupações securitárias dos tomadores de decisão. Em ensaio sociológico, Gilles Lipovetsky (2002) argumenta que no período contemporâneo as duas principais demandas dos indivíduos em particular, e das sociedades em geral, são segurança e identidade. A produção acadêmica em Relações Internacionais, sobretudo com a supremacia da perspectiva securitária pós 11 de setembro, submete a segunda à primeira; isto é, só opera com as questões de identidade e cultura na sua potencialidade geradora de conflitos – está aprisionada por uma moldura teórica que coloca a competição como regra geral do comportamento dos países. Certo é que a dramaticidade dos eventos de 2001 e dos anos seguintes desencorajou as perspectivas otimistas, embasadas nas vantagens do diálogo e cooperação intercultural, que vinham se desenvolvendo desde a década de 1980. Em contrapartida, a UNESCO e os pesquisadores ligados a ela, assim como teóricos de outras áreas do conhecimento, sobretudo da sociologia, têm feito contribuições valiosas atentas a outros aspectos da cultura no século XXI.

Se ao longo do século XX, a cultura e a identidade eram questões legitimamente nacionais, ainda ligadas à própria noção moderna de Estado nacional, no século XXI, na era pós-moderna e transacional, esses temas rompem fronteiras e se tornam fenômenos centrais para a compreensão dos processos políticos internacionais. Conforme apontam sociólogos e filósofos, esses processos dificilmente podem ser compreendidos à luz de molduras teóricas do século XX, porque a realidade das quais extraíram suas leis gerais já não é a mesma e porque teorias estáticas acabam perdendo valor na medida em que correm os processos humanos (SILVA, 2005). A revisão de norteadores epistemológicos que têm raízes profundas na nossa organização sociopolítica não é tarefa fácil, porque sua contrapartida é um oceano de incertezas, de indagações e da premente necessidade de revisarmos os parâmetros de nossa compreensão intelectual da realidade e de nossa ação política. (LIPOVETSKY; SERROY, 2007)

A revisão de parâmetros não supõe a negação absoluta de critérios, mas a necessidade de formulações teóricas que busquem tornar inteligível o panorama complexo e difuso da sociedade globalizada contemporânea. Esforços têm sido feitos nesse sentido, sobretudo na área de sociologia e economia, de onde surgiram conceitos como os de Economia da Cultura (BENHAMOU, 2007), Sociedade do Conhecimento e Cultura-Mundo (LIPOVETSKY; SERROY, 2007), que procuram sistematizar fenômenos contemporâneos diversos que costumamos agrupar genericamente sob o signo de globalização.

Esses autores referem-se à aceleração e ao aprofundamento do processo de mundialização iniciado com as expedições de colonização dos séculos passados, em que se destacam a ampliação do alcance dos fluxos de comércio, a circulação de pessoas e de informação, a primazia do financeiro sobre o econômico, a revolução tecnológica e de comunicações, após o término da ordem bipolar da Guerra Fria (PODESTÁ, 2008). Dentre essas transformações, aquelas advindas da tecnologia da informação e das telecomunicações são responsáveis por trazer a cultura à centralidade da vida contemporânea, de modo que depois da revolução tecnológica, estaríamos vivendo uma revolução cultural (RIBEIRO, 2011). Algumas perspectivas,

como a da Economia da Cultura, discutem a revolução cultural como a inauguração de um novo período do capitalismo, e outras vão ainda mais além, afirmando tratar-se de uma nova era da história da humanidade, a inauguração de uma história mundial propriamente dita, que transformou:

> (...) radicalmente o lugar, o 'peso', a significação da cultura: (fazendo-a adquirir) uma importância e uma centralidade inéditas tanto na vida econômica como nos debates nacionais e internacionais, tornou-se foco de dissensões e de enfrentamentos múltiplos, assim como um domínio cada vez mais politizado (LIPOVETSKY; SERROY, 2007, p. 24).

Os fenômenos apontados por essas perspectivas são levados em consideração, pois possuem natureza profunda – dizem respeito à organização estruturante de nossa vida social, política e econômica internacional. Isto é, à emergência da cultura como elemento articulador das relações em cada uma dessas áreas (LIPOVETSKY; SERROY, 2007). A cultura é abordada por tais perspectivas em seu sentido amplo, tanto como o conjunto de hábitos, costumes, crenças, ideias, valores e mitos que se perpetuam de geração a geração, quanto às obras e práticas da atividade intelectual - particularmente a artística - que são expressão material daquelas aspirações coletivas.

Do ponto de vista das trocas internacionais, assistimos ao impressionante desenvolvimento da dimensão econômica da cultura, que deixou de ser um setor marginalizado. As indústrias culturais – e os bens culturais[2] - tornam-se as principais fontes de crescimento das nações desenvolvidas e um mercado potencial para nações emergentes. Mas, além disso, até mesmo o consumo de bens não considerados culturais torna-se uma ação simbólica, ocasionando "[…] uma mercantilização total da cultura, que é, ao mesmo tempo, uma culturalização das mercadorias. O cultural se difrata enormemente no mundo material, que se empenha em criar bens impregnados

[2] São denominados bens culturais aqueles que além do valor econômico, expresso em moeda corrente, possuem valores simbólicos. São bens cuja utilidade de consumo não está ligada apenas ao valor que lhe é atribuído pelo mercado ou pelas necessidades do indivíduo, mas sim pela sua significação social. David Throsby aponta que um bem dito cultural possui ao menos seis tipos de valor dificilmente mensuráveis: valor estético; valor espiritual, ligado a sua capacidade de fazer referência a aspirações, conhecimentos, compartilhados; valor social, por trazer o sentido de conexão, identidade, pertencimento; valor histórico, por refletir as condições de vida em que foi criada e por representar a continuidade de determinada tradição, a ligação com um passado comum; valor simbólico, por ser provedor de significados, sentidos, multiplicidade de interpretações; e, por fim, valor de autenticidade.

de sentido e identidade." (LIPOVETSKY; SERROY, 2007, p. 24). A cultura em sua concepção moderna, avessa aos mecanismos de mercado, é agora parte integrante dele.

Para os Estados, as culturas nacionais ganham uma nova dimensão valorativa: os bens materiais que as simbolizam representam agora possibilidades de retornos financeiros, tornam-se mais uma alternativa de inserção econômica. Ao mesmo tempo, o consumo de produtos culturais de outros países torna-se uma fonte diferenciada de competição. Estão em jogo preferências individuais ampliadas pelo acesso à internet e pela circulação de bens, pessoas, informações que oferecem ao indivíduo imagens, referências e modelos os mais diversos, com os quais é possível encontrar elementos de identificação, gerando uma forma de consumo cada vez mais cosmopolita, cada vez menos local, cada vez mais identificada com o mundo; cada vez menos com seu país de origem.

Os debates internacionais entre os blocos liderados por Estados Unidos e França no âmbito da Organização Mundial do Comércio em torno da cláusula da Exceção Cultural e dos direitos de Propriedade Intelectual são expressões desse novo cenário de competição econômica. É uma tendência que deve prosseguir, se os fluxos de bens simbólicos continuarem a representar parcela cada vez maior na totalidade do comércio internacional (PNUD, 2004) e da balança comercial dos países.

Salienta-se, contudo, que a emergência dos bens culturais à centralidade dos debates econômicos não se trata apenas da introdução de mais um setor de competitividade entre os países; trata-se da expressão econômica do fenômeno maior , que são os desafios trazidos ao cenário das relações internacionais pela centralidade da cultura na vida contemporânea. A necessidade de proteger a produção nacional de bens culturais não está ligada exclusivamente à garantia dos lucros potenciais desse setor, mas ao temor de perda de identidade dos países, da ameaça de homogeneização cultural pela globalização, da perda das particularidades que fazem cada Estado-Nação o que é. Isto porque, a conectividade cultural trazida pelas tecnologias de comunicação tem mão dupla:

> Se o mercado e as indústrias culturais fabricam uma cultura mundial marcada por uma forte corrente de homogeneização, ao mesmo tempo vemos multiplicarem-se as demandas comunitárias pela diferença. (…) Quanto mais o mundo se globaliza, mais os particularismos e as exigências identitárias ganham relevo, induzindo a uma nova relação entre cultura política (...). Os problemas culturais já não dizem respeito apenas à esfera dos valores e do espírito, mas afetam também a identidade dos povos. Foi assim que a cultura tornou-se um domínio carregado de apostas geopolíticas importantes.(LIPOVETSKY; SERROY, 2007, p.17)

Por um lado, a proteção da cultura e da identidade nacional entra em cena nas relações internacionais como mais uma fonte de competitividade e de possibilidade de conflito. Às disputas econômicas somam-se conflitos separatistas de justificação étnica e religiosa, o crescimento das migrações e o tratamento aos imigrantes, a xenofobia; somam-se, também, os movimentos sociais internacionais em que indivíduos mobilizam-se por causas de outros continentes e mesmo a emergência de dissensos entre países distantes, cuja existência em épocas anteriores não interessava um ao outro. Por outro lado, a tecnologia de comunicação e informação permite um âmbito de relacionamento inovador, em que indivíduos do mundo inteiro estão aptos a aprender uns sobre os outros, expressar suas diferenças, trocar ideias, conhecimento e valores até então mutuamente desconhecidos (LIVANELI, 2004). Essa realidade desvia a preocupação dos formuladores de política externa de questões tradicionais de disputa de poder, e demanda a revisão de perspectivas e a formulação de novas estratégias.

Em primeiro lugar, revigora-se a importância do diálogo, do estudo das culturas, da capacidade de compreensão de outros pontos de vista, já que nos conflitos culturais não estão em disputa ganhos ou perdas quantificáveis, está em jogo a coexistência ou não de organizações sociais diferenciadas, com contextos sócio-históricos diversos; de povos particulares, com hábitos, práticas e valores únicos, que condizem com a sua forma de organizar a existência no mundo. Os conflitos culturais não são jogos de soma-zero, porque a eliminação de determinado grupo social ou de determinadas práticas culturais é sempre uma perda para o interesse comum da preservação da diversidade cultural humana (UNESCO, 2005). Esse interesse foi

construído por meio da experiência dos séculos passados, é uma concepção pós-colonial e pós-totalitária de que a diversidade cultural é um imperativo em matéria de civilização (LAPLANTINE, 2003). Além de fundamento do que consideramos ser a *humanidade*, a diversidade é condição de criatividade e de renovação. A convivência, a tolerância e a compreensão de pontos de vista diferentes tornam-se imperativos num mundo em que o domínio e a submissão são opções políticas cada vez menos aceitas pela opinião pública, e em que a cultura emerge como elemento central dos debates e das aspirações coletivas.

Em segundo lugar, e não menos importante, ligado ao problema das identidades nacionais está aquele da correspondência entre a realidade interna dos países e a imagem externa que procuram legitimar. O mercado das indústrias culturais e a sociedade do conhecimento – em que o saber, a capacidade intelectual e o acesso à informação tornam-se os principais ativos na geração de produtividade e desenvolvimento econômico (SQUIRRA, 2005) - criam novos excluídos. Às desigualdades econômicas e sociais somam-se as de acesso ao conhecimento e à informação – digital ou não - em grande escala. Entende-se, portanto, que o tratamento das temáticas culturais corra o risco de cair numa concepção elitista, que generaliza os efeitos benéficos da globalização de acesso às redes de informação e de comunicação e ignora a existência de pessoas que não fazem parte dessa realidade. Parte das críticas à globalização advém da percepção dessa nova desigualdade, e, portanto, de uma renovada demanda doméstica e internacional quanto às responsabilidades dos países em matéria de desenvolvimento humano.

No âmbito multilateral, esforços de institucionalização de novos princípios e práticas nas Relações Internacionais relacionados a essas questões têm sido feitos em maior escala desde o final da década de 1990 e início do século XXI, emanadas, sobretudo, da UNESCO. Alguns desses documentos são as Resoluções que adotaram a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. (UNESCO, 1972), a Declaração Universal Sobre Diversidade Cultural (UNESCO, 2001), a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais

(UNESCO, 2005). Nos trechos abaixo, constata-se a preocupação com os dois polos de desafios que se colocam na sociedade contemporânea. Em primeiro lugar, a necessidade de preservação da diversidade cultural do mundo e a necessidade de relações serem construídas na base da reciprocidade e do respeito às diferenças expressa no preâmbulo da Declaração Universal sobre Diversidade Cultural:

> Constatando que a cultura se encontra no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber,
> Afirmando que o respeito à diversidade das culturas, à tolerância, ao diálogo e à cooperação, em um clima de confiança e de entendimento mútuos, estão entre as melhores garantias da paz e da segurança internacionais,
> Aspirando a uma maior solidariedade fundada no reconhecimento da diversidade cultural, na consciência da unidade do gênero humano e no desenvolvimento dos intercâmbios culturais. Considerando que o processo de globalização, facilitado pela rápida evolução das novas tecnologias da informação e da comunicação, apesar de constituir um desafio para a diversidade cultural, cria condições de um diálogo renovado entre as culturas e as civilizações (UNESCO, 2002).

Além disso, a preocupação com a nova forma de exclusão social e cultural trazida pelo desenvolvimento tecnológico, que, ao mesmo tempo em que expande as possibilidades de comunicação e relacionamento entre povos, aprofunda o abismo social existente entre aqueles que possuem acesso a esse mundo de oportunidades, e aqueles que carecem de quase tudo.

> Em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz (UNESCO, 2005) (...)

Não obstante o desenvolvimento do debate multilateral, o tratamento dessas questões depende dos comportamentos e práticas emanados de cada país – de suas políticas externas e das políticas públicas domésticas. Cada Estado deve, respeitando suas obrigações internacionais, definir sua política cultural e aplicá-la, utilizando-se dos meios de ação que julgue mais adequados, seja na forma de apoios concretos ou de marcos reguladores apropriados" (UNESCO, 2002). Nesse sentido, a diplomacia

cultural - o canal da política externa responsável pela promoção da cultura e dos valores nacionais no exterior – é aquela que deve receber com maior intensidade os efeitos desses novos desafios.

Nas últimas duas décadas, pelo menos desde a criação do Ministério da Cultura, em 1985, o Brasil passou a reconhecer institucionalmente a importância da dimensão cultural do desenvolvimento nacional. Trata-se, porém, de um reconhecimento lento dentro da história do país, e que segue em curso, sobretudo quanto ao significado da cultura para a inserção internacional, no que o circulo intelectual do país não difere da perspectiva dominante internacionalmente, isto é: em que a cultura é deixada de lado por não ser comensurável em cálculos de poder relativo. No Brasil, observa-se, não apenas no quadro político-institucional, mas também no discurso oficial e acadêmico, a reiterada exclusão da dimensão cultural do pensamento de relações internacionais. Faz-se necessário, portanto, rever os parâmetros de estudo da área, para adequar nossa capacidade de reflexão estratégica ao cenário contemporâneo cada vez mais marcado pelas dinâmicas socioculturais.

O PENSAMENTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A NECESSIDADE DE REVERTER O QUADRO DE EXCLUSÃO DA DIMENSÃO CULTURAL DAS ANÁLISES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

O pensamento brasileiro sobre relações internacionais e política externa, emanado tanto do meio acadêmico, quanto do próprio ambiente estatal, por meio de diplomatas e militares, é constituído por abordagens que variam tanto em opções metodológicas quanto em perspectivas políticas. Dessas divergências origina-se uma das discussões intelectuais mais frequentes no estudo da política externa brasileira, que é o da sua periodização. Isto é, a compreensão dos fenômenos e tendências históricas da nossa política externa à luz de molduras temporais fundadas a partir comparação diacrônica entre elementos de continuidade e ruptura de um período a outro.

As duas propostas de periodização mais utilizadas são aquelas contidas nas análises paradigmática e matricial. Não obstante, as diferenças dos conceitos, tanto a noção de paradigma, quanto a de matriz procuram fazer uma análise holística dos condicionantes internos e externos da política externa, como expresso nas definições de Amado Luiz Cervo (2003, p.7):

> Um paradigma inclui um modo de proceder, no caso, de fazer política exterior ou de controlar as relações internacionais. A análise paradigmática há de colher as determinações internas e os condicionamentos externos, os fins da política, o peso da ideia de nação a construir e da cosmovisão. Tomado como referencial, o paradigma vigente permite avaliar o desempenho dos dirigentes e da sociedade organizada. A produção de um conceito paradigmático pressupõe a longa duração (...)

E de Ricardo Sennes (2003, p. 35):

> (…) um enfoque e um distanciamento que não localizam as linhas divisórias da política externa nos períodos definidos por mandatos presidenciais. (…) A matriz da política externa de um país não é, portanto, produto de um núcleo burocrático específico, seja ele civil ou militar, diplomático ou não. Reflete, em hipótese, um conjunto de opções, concepções e estratégias em um nível de agregação de ordem nacional.

As décadas de 1990 e 2000 têm sido debatidas à luz dessas concepções, na busca de elementos de continuidade e ruptura que respondam à questão de se houve mudanças profundas nos desígnios da política externa brasileira[3]. Ambas estabelecem como marco temporal o final do segundo mandato do Governo FHC e procuram compreender as mudanças observáveis na política externa a partir daí, realçadas ao longo dos dois mandatos do Presidente Lula da Silva. Não há consenso sobre o paradigma ou a matriz que designam esse recente período de nossa política externa, de modo que a discussão permanece em aberto. No entanto, diante das mudanças internacionais e domésticas referidas quanto ao papel da cultura no cenário contemporâneo, parece fundamental admitir que uma análise holística desse período inclua a dimensão cultural.

Não só as perspectivas baseadas nas noções de paradigma e matriz, mas todas as demais perspectivas analíticas da PEB do século XX têm outros dois elementos em

[3] A partir de agora referida também pela sigla PEB.

comum que são essenciais para a percepção de que é necessário introduzir a dimensão cultural. O primeiro desses elementos é a percepção de que a política externa brasileira foi-se constituindo a partir da década de 1930 em um instrumento da política nacional de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2005). Em outras palavras, as estratégias de inserção externa do país são compreendidas à luz dos objetivos identificados em cada período, conforme o que seja determinante para o projeto de desenvolvimento nacional. Apresenta-se, portanto, um profundo entrelaçamento entre a necessidade interna de superar o subdesenvolvimento e os riscos e oportunidades oferecidos pelo sistema internacional, fenômeno que com a democratização do país, tem trazido a política externa à centralidade dos debates políticos domésticos (OLIVEIRA, 2005) e, em retroalimentação, acentuando ainda mais a função determinante desse instrumento para a administração do país.

O segundo elemento em comum às análises tradicionais da PEB é a exclusão da cultura, e especificamente da diplomacia cultural como dimensão analítica relevante (SUPPO, 2003; RIBEIRO, 2011). Parte disso se deve à percepção socialmente partilhada no Brasil de que as temáticas culturais são desnecessárias, ou ligadas ao consumo de luxo. Nas palavras do Ministro Juca Ferreira:

> A cultura seria, então, uma espécie de passatempo, algo a que as pessoas se dedicam nos seus momentos de ócio, para distrair-se, para relaxar, algo que não possui uma utilidade intrínseca. (...) Predomina em muitos setores esta visão tecnicista e pseudopragmática, fortalecendo uma opinião estreita sobre o que a cultura representa para um povo. Infelizmente, essa visão tem contaminado em muitos momentos a nossa política, os nossos costumes e os nossos arranjos institucionais (FERREIRA, 2010).

No âmbito da política externa essa compreensão é agravada pela influência intelectual das Teorias Realista e Institucionalista de Relações Internacionais tanto no meio acadêmico quanto nos centros formuladores e executores da política externa (LIMA, 1994; PINHEIRO, 2000). Essas análises partilham da ideia de que o sistema internacional é anárquico e competitivo, de modo que cada Estado é uma potencial ameaça para os demais, sendo que todos têm como interesse primordial a sobrevivência. Nesse ambiente, o poder é o elemento regulador das relações, e para

comparar os países entre si e estabelecer uma hierarquia de potências, essas teorias utilizam dimensões de poder que sejam mensuráveis, optando assim por uma compreensão materialista das capacidades dos Estados.[4] A novidade trazida pela Teoria Institucionalista com relação à visão do realismo é a possibilidade de cooperação entre os países por meio do estabelecimento de instituições internacionais. Cada Estado torna-se signatário de tratados e convenções ou membro de organizações conforme os seus próprios interesses, mas a criação de cada uma dessas instituições reduz a incerteza e a desconfiança no sistema internacional, favorecendo a opção cooperativa em detrimento da competitiva (DUNNE, KURKI; SMITH, 2008).

A influência dessas teorias no pensamento brasileiro de relações internacionais é menos por sua aplicação explícita e mais pelo estabelecimento de uma visão de mundo em que o Brasil reconhece a assimetria de poder no sistema internacional e sua posição desfavorável dentro dela. Conforme aponta Letícia Pinheiro (2000), a política externa brasileira então se pautaria ora pela aceitação dessa condição de inferioridade no jogo internacional e, portanto, por uma política externa alinhada com as grandes potências do sistema; ora pela superação desse status, buscando espaços de autonomia com relação às potências hegemônicas, sobretudo por meio da atuação em instituições e fóruns multilaterais. Em ambos os casos, a preocupação estratégica da política externa está voltada para a assimetria de poder no sistema internacional, e a concepção de poder que se utiliza para medir essa condição é materialista, supõe capacidades quantificáveis, como população, território, renda per capita, força militar – e não considera elementos intangíveis, como a influência cultural.

Além disso, desenvolveu-se ao longo do século XX um pensamento latino-americano sobre as relações internacionais, originado dos estudos da CEPAL (Comissão Econômico para a América Latina, criada em 1948), de onde frutificaram duas teorias,

[4] Conforme nos alerta Joseph Nye: "Em 1939, o famoso realista E. H. Carr descreveu o poder internacional em três categorias: poder militar, poder econômico e poder sobre a opinião. (…) Grande parte dessa sutileza foi perdida pelos neorrealistas contemporâneos, em seu desejo de tornar o poder mensurável para seus julgamentos estruturais. O poder foi reduzido a recursos mensuráveis, tangíveis" (NYE, 2012, p. 116).

a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado e a Teoria da Dependência (CERVO, 2008). Ambas orientam-se pelo conceito de poder nas relações internacionais, com relevância predominante da assimetria econômica entre os países, que os dividiria em dois grupos: o centro e a periferia, na teoria do desenvolvimento; e os países dependentes e os desenvolvidos, na Teoria da Dependência. Essas perspectivas favoreceram a consolidação do pensamento brasileiro de relações internacionais em torno da ideia de que uma inserção mais autônoma do Brasil no cenário internacional só pode ser obtida com a superação do subdesenvolvimento. É uma via de mão dupla: o desenvolvimento econômico aparece como condição fundamental para a melhoria da posição externa do país, ao mesmo tempo em que a inserção externa deve atender às demandas de desenvolvimento nacional (CERVO, 2008).

O pragmatismo dessa abordagem é comemorado como um dos grandes responsáveis pelo sucesso atribuído à política externa brasileira. No entanto, como toda visão de mundo, ele se baseia em um corte da realidade, da qual são selecionados os elementos considerados relevantes para a análise e o planejamento estratégico. Nesse corte, a diplomacia cultural – como um dos instrumentos da dimensão de valores da política externa[5] - não é considerada relevante, por não ser relacionada diretamente com a capacidade de competição do país no sistema internacional, tampouco como condição para o desenvolvimento. Conforme nota Amado Cervo (1992), no Brasil os estudos de política externa não conferiram a importância devida ao "elemento psicossocial ou cultural", preferindo temas ligados à posição subordinada da inserção externa do país, como as relações entre a política internacional e a situação de dependência e os estágios diferenciados de desenvolvimento.

É rara a bibliografia que se preocupe em estudar o papel da diplomacia cultural em cada fase da política externa brasileira. A maioria dos textos encontrados refere-se ao período recente, sem a preocupação de estabelecer os liames históricos que ao

[5] Segundo Celso Lafer (1987), a proposta de inserção de um país no mundo se faz em três significativos campos de atuação: o campo estratégico-militar; o campo das relações econômicas; e o campo dos valores. A diplomacia cultural atuaria no terceiro, facilitando os demais, pela construção de uma imagem positiva do país.

longo do século XX deixaram essa dimensão de nossa política externa em segundo plano, tanto em nível político, quanto acadêmico (DUMONT; FLECHET, 2003). O descompasso entre a prática da diplomacia cultural e a produção intelectual agrava-se na medida em que esse setor de nossa inserção externa ganha em importância. A continuidade dessa tradição materialista de análise impede a consideração dessa dimensão, pois a toma, *a priori*, como desimportante em suas análises e ignora tendências em curso nas relações internacionais contemporâneas que dizem respeito à emergência das questões culturais (NOYA, 2007; NYE, 2012 PODESTÁ, 2008).

Ao mesmo tempo, ela desmerece um somatório de evidências quanto à renovada importância dada à cultura no âmbito doméstico, como a adoção governamental de sua acepção antropológica, afirmada pelo Ministério da Cultura[6] e o acréscimo nos programas de diplomacia cultural e na dotação orçamentária para os órgãos ligados à difusão cultural. Além das evidências institucionais, é nos discursos presidenciais e ministeriais que se encontram os maiores indícios de que a diplomacia cultural passou a ser determinante para a compreensão da política externa brasileira contemporânea. Desde o início do primeiro Governo Lula, em 2002, afirma-se que a cultura passou a ser o elemento primordial de um novo projeto de desenvolvimento nacional. Nas palavras do Ministro Juca Ferreira:

> (...) A dimensão simbólica não faz parte do horizonte dos que, tradicionalmente, pensam o país apenas através do ponto de vista da sua economia. Além do mais, é por meio do desenvolvimento cultural que a sociedade capacita-se a produzir ideias e processos contra hegemônicos. (...) Somos internacionalmente reconhecidos e admirados por nossa criatividade e pela riqueza de nossa diversidade cultural. (...) Nossa verdadeira vocação está delimitada pela cultura brasileira. É ela que nos tem feito singulares e festejados mundo afora. Existe hoje, em praticamente todo o mundo, um grande interesse pela nossa cultura, que vem acompanhando o crescimento da presença econômica e política do Brasil. (Isso) coloca a cultura,

[6] Desde o início do Governo Lula, o Ministério da Cultura passou por uma reforma institucional e pelo redimensionamento de suas ações, que se baseou na ampliação do raio de compreensão da ideia de cultura que até então costumava orientar as suas políticas. O Ministério passou a trabalhar com a cultura no seu sentido antropológico, isto é, como tudo aquilo que, no uso de qualquer coisa, se manifesta para além do mero valor de uso, como conjunto de símbolos, sentidos, identidade de um povo. Em contraposição à visão anterior que associava cultura aos campos restritos da literatura e das artes clássicas. Novos setores e novos programas e uma nova organização institucional foi então pensada para levar as ações do Ministério ao maior número de cidadãos possível, buscando a descentralização e a desconcentração das políticas culturais.

> definitivamente, como parte central de uma política de desenvolvimento do país (FERREIRA, 2010).

Como visto, a tradição intelectual da política externa brasileira construiu-se sobre a noção partilhada de que o projeto de desenvolvimento nacional é fundamental para a compreensão das prioridades de cada período e das variações nas estratégias de inserção do país. Se a cultura é, então, assumida como fundamental para o desenvolvimento nacional no período Lula, o estudo da política externa desse período não pode ignorar a dimensão externa das práticas políticas ligadas à cultura, as quais possuem como instrumento por excelência a diplomacia cultural. Sendo a política externa o instrumento que faz a mediação entre os interesses nacionais ligados ao desenvolvimento e as oportunidades e desafios propostos pelo sistema internacional, tem-se que a diplomacia cultural, como subárea da política externa, torna-se fundamental para a mediação externa de interesses nacionais fundados num projeto de desenvolvimento em que a cultura torna-se protagonista.

Nas décadas de 1980 e 1990, organizam-se novas correntes de pensamento em Relações Internacionais, emanadas, sobretudo das premissas presentes em numerosas obras de sociologia das relações internacionais dos anos cinquenta e sessenta, e na década de 1990 ganha vigor a corrente construtivista, que busca resposta aos problemas que não encontram explicação no marco teórico tradicional das relações, entre eles a preocupação com a cultura (TOLENTINO, 2007). O efeito disso na intelectualidade brasileira faz sentir-se marginalmente: poucos centros universitários e apenas alguns diplomatas interessam-se pelas novas perspectivas. É notável que seja de 1989 o primeiro trabalho relevante sobre diplomacia cultural brasileira. Mesmo admitindo o adensamento do pensamento brasileiro em relações internacionais que houve desde então (LESSA, 2005), não se constatam grandes esforços de sistematização dessa área de pesquisa, de modo que ainda podemos ecoar as palavras iniciais daquela monografia: “As relações culturais vêm sendo antes matéria de prática real do que teorização ou mesmo avaliação” (RIBEIRO, 2011, p. 12).

A resposta intelectual da Teoria Realista aos desafios das propostas teóricas e das questões internacionais emergentes nas décadas de 1980 e 1990, sobretudo da teoria construtivista, foi a elaboração do conceito de poder brando, pelo teórico Joseph Nye. Ele recuperou argumentos do realismo clássico e da filosofia política tradicional relacionados à capacidade de convencimento, persuasão, atração e os organizou sob essa uma nova moldura teórica.

> Na política mundial, é possível que um país obtenha os resultados que quer porque os outros desejam acompanhá-lo, admirando os seus valores, imitando-lhe o exemplo, aspirando ao seu nível de prosperidade e liberdade. Neste sentido é igualmente tão importante estabelecer a agenda na política mundial e atrair os outros quanto forçá-los a mudar mediante a ameaça ou o uso das armas militares ou econômicas. A este aspecto de poder – levar os outros a querer o que você quer -, dou o nome de poder brando. Ele coopta as pessoas ao invés de coagi-las (NYE, 2012, p. 36).

Segundo Nye, as fontes clássicas de poder brando são a cultura, os valores políticos e as políticas externas consideradas legítimas pelos outros Estados. No entanto, até mesmo recursos econômicos e militares podem contribuir para a construção de poder brando, ao serem utilizados como fontes de atração e não de coação. Nesse sentido, o que importa para a argumentação de Nye é a maneira como os recursos de cada país sejam utilizados e percebidos pelos demais e não a natureza desses recursos em si. Nessa perspectiva, a diplomacia cultural ou diplomacia pública[7] é apenas um dos instrumentos governamentais que se voltam à obtenção de poder brando. Ela é geralmente lembrada como o lugar por excelência dessa forma de poder, devido aos recursos de que dispõe: é através da cultura e dos valores nacionais que busca construir para o país uma imagem de prestígio e confiança, para, por meio disso, facilitar a obtenção de necessidades estratégicas, comerciais, econômicas e de desenvolvimento (PODESTÁ, 2008).

Embora não escape à tradição realista no que concerne à concepção instrumental de poder, é possível construir uma preferência normativa pelo maior uso

[7] Diplomacia cultural e diplomacia pública são utilizadas muitas vezes como termos intercambiáveis. Isso é verdade, sobretudo, quanto à tradução brasileira de *public diplomacy*. Nesse trabalho, opta-se pelo conceito de diplomacia cultural, cuja origem histórica é mais antiga e cujos objetivos e meios de ação são diferentes dos da diplomacia pública (NOYA, 2007. p. 116).

do poder brando, em relação ao poder duro, baseada em vantagens éticas dos meios – persuasão, atração - que ele utiliza para a consecução de seus fins. Nas palavras de Joseph Nye (2012, p. 311): "Embora possa haver instâncias de manipulação verbal coerciva, há mais graus de liberdade para o indivíduo quando os meios envolvem o poder brando." A perspectiva de Nye não chega ao ideal de libertar o poder de sua definição instrumental, mas afasta do âmbito dos assuntos políticos primordiais aquelas ações cujo meio for a violência, o uso da força. Além disso, traz para o seio da teoria realista a discussão acerca das questões culturais e de valores.

A utilização do conceito de poder brando, contudo, insiste na tecla do realismo, porque limita a dimensão cultural ao cálculo de ganhos e perdas de poder. Creio que um estudo interessado na dimensão cultural da política externa deve, idealmente, preocupar-se não apenas com os retornos nacionais das medidas de diplomacia cultural, mas com o potencial transformador desse setor no próprio funcionamento das relações internacionais, no sentido de que:

> No campo da diplomacia, a cultura constitui uma maneira de criar um ambiente propício ao entendimento por meio do intercâmbio de ideias, experiências e patrimônios. No caso do Brasil, busca-se promover a imagem de uma sociedade com diversidade de etnias, inclusiva, tolerante e em constante processo de renovação. Apresenta-se o que torna a cultura brasileira única, mas, ao mesmo tempo, revelam-se as afinidades que a une a outros povos. Esse processo de conhecimento mútuo estimula a compreensão da imagem do Brasil no exterior e gera familiaridade com a realidade do país (MRE, 2013).

A fim de inserir a diplomacia cultural como um dos eixos de pesquisa na tradição da Política Externa Brasileira, mostra-se necessário voltar atrás no estudo histórico de nossa inserção externa e olhar para o lugar dado à cultura nas diferentes estratégias de inserção externa do país à luz da concepção de desenvolvimento nacional de cada período. Nesse sentido, a periodização paradigmática, tão cara ao cânone, ganharia uma nova dimensão de análise, que sem, dúvida, contribuiria para o adensamento da visão holística que a noção de paradigma se propõe a construir.

A ferramenta teórica do paradigma exige que o estudo da política externa brasileira como um instrumento de inserção internacional a serviço do

desenvolvimento nacional envolva a observação de duas dimensões inter-relacionadas: a doméstica e a internacional. Trata-se do pressuposto de que o comportamento, as práticas e as decisões levadas a cabo na política externa são formulados conforme um jogo de dois níveis:

> No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seus interesses pressionando o governo a adotar medidas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos (PUTNAM, 2010, p. 151).

Em se tratando da dimensão cultural, o âmbito doméstico é prioritário na determinação da existência ou não de práticas de diplomacia cultural, enquanto o ambiente internacional apresenta maior ou menor receptividade a essa forma de relacionamento, em geral, e às iniciativas diplomático-culturais de países em específico, configurando-se, portanto, como horizonte limitador. Bruno Podestá (2008) esclarece essa ideia com o conceito de capital cultural. O fato de determinado país possuir um acervo de obras de arte, manifestações artísticas, paisagens turísticas ou valores sociais atraentes para os demais não é condição suficiente para que ele seja capaz de formular e executar uma política cultural externa.

Tais elementos, compreendidos como o capital cultural do país, estão enraizados no seu desenvolvimento histórico e na forma como a sociedade faz uso de suas realizações materiais e imateriais, mas só se tornam instrumentos de diplomacia cultural por meio de um ato de vontade política, de gestão governamental, de uma agenda programática de promoção da cultura do país no exterior, que favoreça a obtenção dos interesses nacionais (PODESTÁ, 2008). Em outras palavras, possuir recursos não é o suficiente, é necessário saber utilizá-los no sentido de obter os resultados esperados (NYE, 2012). Trata-se da capacidade de conversão de recursos culturais em instrumentos a serviço da estratégia global de política externa de um país.

> O capital cultural (...) é aquele que um país é capaz de empregar dentro de seus próprios limites e nas suas relações com o exterior, que transforma a cultura em um fator de desenvolvimento, de representação e defesa de seus interesses, gera melhores níveis de confiança e também obtém benefícios para outras áreas da sociedade, da economia, da atuação governamental (PODESTÁ, 2008, p. 53).

A capacidade de conversão dos elementos culturais de um país em políticas culturais internas e externas é um atributo do Estado e de cada governo que nele se estabelece. Não obstante, ela está intimamente ligada com a situação cultural da sociedade civil, com o valor dado à cultura pelo povo, pelo estado da arte da produção intelectual do país. A cultura, por assim dizer, é o fenômeno social por excelência, e, portanto, sua gestão envolve participação do Estado, mas também da iniciativa privada, de atores sociais e políticos de diversos níveis, como intelectuais, empresários, trabalhadores, movimentos sociais e coletivos artísticos. Fundamental na determinação das políticas culturais de um país, sejam elas domésticas ou internacionais, será, portanto, a relação entre o Estado e a sociedade civil (BRANT, 2009; NOYA, 2007; ORTIZ, 2006). A especificidade da dimensão cultural na política externa no que diz respeito a sua ligação primordial com o capital cultural do país e a política nacional destinada a esse setor (PODESTÁ, 2008) faz com que o principal enfoque analítico do panorama histórico da diplomacia cultural brasileira seja o cenário doméstico. Trata-se, portanto, de buscar as relações entre o desenvolvimento social, político e cultural brasileiro – com atenção especial para os debates históricos sobre a questão da identidade cultural brasileira e as instituições governamentais destinadas a lidar com esse tema - e o surgimento e evolução da diplomacia cultural ao longo do século XX.

As periodizações, como a paradigmática de Amado Cervo (2008), são ferramentas que podem orientar uma primeira abordagem, porque pressupõem uma perspectiva holística e de longo prazo, condições fundamentais para a observação de fenômenos culturais, que estão enraizados no desenvolvimento da sociedade como um todo, e sofrem transformações lentas. Além disso, favorecem a análise do quanto o desenvolvimento da diplomacia cultural brasileira se insere no quadro maior do

processo de construção da nossa política externa. Avaliados em perspectiva diacrônica, os períodos da política externa brasileira com a inclusão da dimensão cultural permitem expandir nossa compreensão histórica do papel da cultura no nosso desenvolvimento nacional e nossa inserção externa e do papel que ela pode ter estrategicamente no cenário contemporâneo, tão favorável ao seu desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constitui-se ao longo do tempo, a compreensão, partilhada por acadêmicos, diplomatas e governantes, de que a política externa brasileira (PEB) é, e deve servir como, instrumento de promoção do desenvolvimento nacional. Com base nesse pressuposto, uma ampla bibliografia nacional dedicou-se ao estabelecimento de perspectivas holísticas, que buscam explicar e contrastar os diferentes modelos de desenvolvimento nacional e as estratégias de inserção externa escolhidas pelos governos ao logo da história da PEB.

Nesse acumulado histórico do pensamento brasileiro, contudo, a dimensão cultural das relações internacionais é a grande ausente. Esse artigo procurou apontar, em primeiro lugar, de que maneira as transformações no cenário contemporâneo, ligadas à emergência da cultura como dinamizadora das relações internacionais e sociais, em menor nível, fazem da exclusão da dimensão cultural das análises um problema de cunho analítico e potencialmente estratégico para a inserção externa do país. Em segundo lugar, nos esforçamos em apontar por que caminhos essa debilidade teórica pode ser revertida, a partir de uma revisão dos períodos históricos da política externa brasileira que leve em conta a dimensão cultural do desenvolvimento interno do país e de suas estratégias de inserção internacional.

Esperamos que a revisão bibliográfica crítica sirva de estímulo à diversificação da pesquisa, por entendermos que o trabalho do pensador de relações internacionais não se reduz ao desenvolvimento intelectual dentro da academia e centros

especializados, mas tem fundamentado historicamente os rumos da formulação e da prática efetiva da política externa brasileira. Se insistimos na necessidade de um olhar atento às questões culturais, é porque julgamos estarem aí os principais desafios a serem enfrentados nos próximos anos pelo sistema internacional como um todo, e especificamente pelo Brasil, no tocante à sua estratégia de desenvolvimento nacional e inserção externa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENHAMOU, Françoise. (2007) *A Economia da Cultura.* Cotia: Ateliê Editorial.

BRANT, Leonardo. (2009) *O Poder da Cultura*. São Paulo: Petrópolis.

CERVO, Amado Luiz. (1992) As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia. Brasília/São Paulo: Editora da UnB/Instituto Italiano di Cultura.

_____. (2008) *Inserção Internacional:* formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva.

_____. (2003) Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Rev. Bras. Polít. Int.*Vol.46, no.2, Brasília.

DUMONT, Juliette. (2008) L'Institut International de Coopération Intellectuelle et le Brésil (1924-1946): le pari de la diplomatie culturelle. Paris. *Collection "Crysalides"*, n. 4, editions de l'HEAL.

DUMONT, Juliette et FLECHET, Anais. (2009) Pelo que é nosso! Naissance et Développement de La Diplomatie Culturelle Brésilienne au XXe siècle. *Relations Internationales*, Paris, no 137, pp.61-75.

DUNNE, Tim; KURKI, Milya e SMITH, Steve. (2008) *International Relations Theories*. Discipline and Diversity. Oxford University Press..

FERREIRA, Juca. "A centralidade da cultura no desenvolvimento" – In. Barroso, Aloísio Sérgio; Souza, Renildo (orgs.). *Desenvolvimento: ideias para um projeto nacional***.** São Paulo: Fundação Maurício, p. 265-278, 2010. Disponível em:http://www.cultura.gov.br/site/2010/12/13/acentralidade-da-cultura-no-desenvolvimento/ > Último acesso em 19/09/2013.

HUNTINGTON, Samuel. (1993) The clash of civilizations? *Foreign Affairs*, n.72, p. 22 – 49.

LAFER, Celso. (2004) *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira.* Passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva.

_____. Novas dimensões da política externa brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* ANPOCS, São Paulo, n. 3, p. 73-82, out. 1987. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_05.htm>. Último acesso em 19/09/2013.

LAPLANTINE, François. (2003) *Aprender Antropologia.* São Paulo: Editora Brasiliense.

LESSA, Antônio Carlos. (2005) O ensino das Relações Internacionais do Brasil. In: SARAIVA, José Flávio Sombra; CERVO, Amado. *O Crescimento das Relações Internacionais no Brasil.* Brasília: Ibri. Cap. 1, p. 33-50.

LIMA, Maria Regina Soares. (1994) Ejes analíticos y conflitos de paradigmas em la política exterior brasileña. *América Latina/Internacional,* v. 1, n 2.

LIPOVETSKY, Gilles. (2002) *Metamorfoses da cultura liberal:* ética, mídia e empresa. Porto Alegre: Sulina.

LIPOVETSKY, Gilles e SERROY, Jean. (2011) *A cultura-mundo:* respostas a uma sociedade desorientada. São Paulo: Companhia das Letras.

LIVANELI, Omer Zülfü. (2004) Our Creative Differences: Learning to Live Together Through Arts and Languages. In: UNIVERSAL FORUM OF CULTURES, 2004, Barcelona. *New Ignorances, New Literacies: Learning to Live Together in a Globalizing World.*Barcelona: Unesco. v. 1, p. 88 – 91. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001395/139524e.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2012.>

MRE. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. *Cultura***.** Disponível em:<http://www.itamaraty.gov.br/temas/difusao-cultural/cultura >. Último acesso em 19/09/2013.

NOYA, Javier. (2007) *Diplomacia pública para el siglo XXI:* la géstion de la imagen exterior y la opinión pública internacional. Barcelona: Ariel.

NYE, Joseph. (2012) *O Futuro do poder.* São Paulo: Benvirá.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. (2005) *Política externa brasileira.* São Paulo: Saraiva.

ORTIZ, Renato. (2006) *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense.

PINHEIRO, Letícia. (2000) Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. *Contexto Internacional,* v. 22, n 2, p. 305-335.

PODESTÁ, Bruno. (2008) *Las dos caras de Jano*. Uruguai, Montevideo: CLAEH.

PUTNAM, Robert D. (2010) Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/10.pdf>. Último acesso em 19/09/2013.

PNUD. RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2004: Liberdade Cultural num Mundo Diversificado. Lisboa: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, (PNUD), 2004. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/media/hdr04_po_frontmatter.pdf >. Último acesso em 19/09/2013.

RIBEIRO, Edgar Telles. (2011) *Diplomacia Cultural: s*eu papel na Política Externa Brasileira. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão.

ROCHA, Everardo. (1994) *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense.

SENNES, Ricardo. (2003) *As mudanças na política externa brasileira nos anos 1980:* uma potência média recém industrializada. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

SILVA, Marco Antônio de Meneses. (2005) Teoria Crítica em Relações Internacionais. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 27, no 2, , p. 249-282 , julho/dezembro.

SQUIRRA, S. (2005) Sociedade do Conhecimento. In: MARQUES DE MELO, J.M; SATHLER, L. *Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação*. São Bernardo do Campo: UNESP, pg. 256 – 265.

SUPPO, Hugo R. (2003) Gilberto Freyre e a imagem do Brasil no mundo. **Cena Internacional (UnB)**, Brasília, v. 5, n.2, p. 40-58.

TOLENTINO, Celia (org.). (2007) *Ideias e Cultura nas Relações Internacionais***.** Marília: Editora Oficina Universitária.

UNESCO. *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.* UNESCO: Paris,1972. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>. Último acesso em 19/19/2013.

UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.* UNESCO: Paris, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Último acesso em 19/19/2013.

UNESCO. *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.* UNESCO: Paris, 2005. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>. Último acesso em 19/19/2013.

UNESCO. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.* UNESCO: Paris, 2001. Disponível em :<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Último acesso em 19/19/2013.

VIGEVANI, Tulio. (1994) Novos temas nas relações internacionais: as teorias explicativas: o caso do meio ambiente. *Margem* (PUC-EDUC), nº 3, p. 55-73, dez.

Recebido em 01 de maio de 2014.

Aceito em 23 de agosto de 2014.